

Terceiro turno



Por **PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.***

A omissão do debate público sobre o que fazer para enfrentar a epidemia de coronavírus e a depressão econômica, deixa a classe trabalhadora desarmada para enfrentar o novo ciclo de ofensiva do capital

Encerrado o mundo da fantasia reinante durante o período eleitoral, impõe-se a dura realidade de uma sociedade em plena crise civilizatória. A omissão do debate público sobre o que fazer para enfrentar a epidemia de coronavírus e a depressão econômica – problemas centrais da conjuntura nacional – deixa a classe trabalhadora desarmada para enfrentar o novo ciclo de ofensiva do capital.

Por medo de tocar em temas espinhosos que pudessem contrariar o senso comum, os candidatos ocultaram criminosamente a gravidade da epidemia de coronavírus. Ainda que, desde a segunda semana de novembro, médicos e epidemiologistas viessem alertando repetidas vezes que o número de infecções e mortes decorrentes do coronavírus estava aumentando sistematicamente.¹ A consequência de ignorar a realidade é que a crise sanitária se transformou numa verdadeira bomba-relógio programada para explodir nas festas do final de ano.

Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a disponibilidade de leitos de UTIs se aproximava perigosamente do ponto de saturação, a irresponsabilidade e a impostura foram explícitas. Mal as urnas do segundo turno esfriaram, governantes que até então negavam de pés juntos o recrudescente vertiginoso das infecções e a urgência de limitar a circulação das pessoas anunciaram, com ares compungidos, medidas improvisadas para a ampliação dos leitos hospitalares e tímidas providências para restringir a aglomeração da população.

No governo federal, a incompetência e a desfaçatez são imbatíveis. Com vinte e dois estados registrando taxa de reprodução das infecções por coronavírus superior a 1 – dezessete deles com tendência de aceleração –, o Ministério da Saúde recusa-se a reconhecer a urgência de adotar medidas de isolamento social. Mesmo apostando todas as fichas na “imunidade de rebanho” como estratégia sanitária, o governo Bolsonaro sequer dispõe de um plano nacional de vacinação. Antes de cuidar da saúde da população, o Presidente da República dedica-se à ingloria “guerra da vacina” com seus desafetos e a instigar seus apoiadores a zombar da morte com a campanha #VaiTerNatalSim.²

Ao esconder da população a gravidade da crise econômica e seus efeitos catastróficos sobre as finanças públicas, expediente muito conveniente para quem prometia mundos e fundos aos eleitores, o debate eleitoral deixou a população completamente desorientada para enfrentar a tormenta que se avizinha. Mesmo com a recuperação parcial das perdas provocadas pelas medidas de quarentena, que levou à queda de quase 12% no PIB do segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, a economia brasileira permanece deprimida.

A injeção de mais de 8% do PIB em gastos públicos, financiados pelo orçamento de guerra votado pelo Congresso Nacional, não impediu que, no terceiro trimestre, o nível de atividade ficasse 5% abaixo do observado no mesmo período do ano anterior, nem tampouco que o mercado de trabalho continuasse deprimido, deixando praticamente um a cada três integrantes da força de trabalho desempregado, subempregado (trabalhando menos do que gostaria) ou simplesmente desalentado (desistindo de procurar emprego).

Para surpresa geral, a recessão veio acompanhada de expressivo aumento no custo de vida. Mesmo com o índice oficial da inflação estabilizado em torno de 3,5 a 4% ao ano, a maxidesvalorização do Real em relação ao dólar e o deslocamento da oferta de alimentos para o mercado externo levaram o aumento nos preços dos componentes da cesta básica de alimentos

ao patamar de dois dígitos percentuais, corroendo de forma drástica o já combalido poder efetivo de compra das famílias.

Ao contrário do sugerido pelos sacerdotes da ordem, que ano após ano preveem uma retomada do crescimento que nunca se realiza, a recessão da economia brasileira é profunda e não tem data para terminar. Enquanto a crise sanitária mundial não for superada, o que, segundo o cenário de base do FMI, só deve ocorrer no final de 2022, não há nenhuma possibilidade de uma retomada um pouco mais sustentável do crescimento da economia mundial.³

Mas mesmo após o fim da pandemia, não estará garantida a recuperação da economia brasileira. A crise em curso não é uma continuidade linear da estagnação que se arrasta desde 2015, mas sua metástase numa crise estrutural que coloca em questão a própria estabilidade do modelo econômico.

O gigantesco desequilíbrio das finanças públicas e a crescente vulnerabilidade do setor externo colocam em questão as premissas macroeconômicas do regime de metas inflacionárias e austeridade fiscal que balizam a política econômica. O aprofundamento da crise social reforça o risco de uma rebelião das classes subalternas. Infelizmente, nada disso foi objeto do debate eleitoral.

O agravamento das crises sanitária, econômica e social coloca em perspectiva um forte acirramento da luta de classes. É o que se viu na última semana, por exemplo, na Guatemala e na Índia, onde trabalhadores protagonizaram manifestações sem precedentes contra o ajuste neoliberal. Apoiar as lutas de resistência à ofensiva do capital contra o trabalho, debater a urgência de um projeto de ofensiva do trabalho contra o capital e construir organizações revolucionárias que estejam à altura dos desafios históricos são as tarefas fundamentais do próximo momento.

***Plínio de Arruda Sampaio Jr.** é professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de *Entre a nação e a barbárie - dilemas do capitalismo dependente (Vozes)*.

Notas

¹ https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

² [covid19](#)

³ [world-economic-outlook-october-2020](#)